



NA CARONA DO MARXISMO: O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL VISTO PELA PERSPECTIVA MARXISTA

IN THE RIDE OF MARXISM: THE SOCIAL WORK AND THE ETHNIC-RACIAL ISSUE SEEN BY THE MARXIST PERSPECTIVE

Juliana Marta Santos de Oliveira¹
Elisabete Aparecida Pinto²
Rita de Cássia Pereira Alves³

Resumo

A hipótese primária deste trabalho é de que o racismo permeia e define todas as relações sociais no país, desta forma, o Serviço Social e os Assistentes Sociais não podem ser percebidos fora do prisma mais amplo desse contexto social alienante. Esta realidade tem um impacto negativo na produção do conhecimento na área, bem como, na ausência do debate no paradigma e teorias que alicerçam a profissão. Dentre as categorias de análise da realidade social destacamos a questão social por ser entendida como a própria razão da existência e surgimento do Serviço Social enquanto profissão. Assim, acreditamos que o conceito de questão social mais frequentemente utilizado pelo Serviço Social não inclui os processos históricos que envolvem a população negra. Defendemos, portanto, conforme a perspectiva de Octávio Ianni a existência de uma questão social latente a partir do Brasil Colônia, não podendo a questão racial ser entendida como umas das expressões da questão social. Quanto ao marxismo – teoria que embasa a profissão – foi adulterado e mascarado numa determinação de classe, mas na realidade abre a possibilidade de se pensar raça/etnia sem hierarquização.

¹ Assistente social e Pedagoga, mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, Assistente social da Universidade Federal da Bahia - UFBA. **Autora para correspondência.** E-mail <julyanamarta@yahoo.com.br>.

² Assistente social. Professora doutora do Instituto de Psicologia no colegiado de Serviço social da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

³ Pedagoga e Advogada. Professora Doutora, Pró-reitora de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Palavras-chave: serviço social; formação; questão racial; questão étnico-racial; marxismo

Abstract

The primary hypothesis of this work is that racism permeates and defines all social relations in the country, so Social Work and Social Workers can not be perceived outside the broader prism of this alienating social context. This reality has a negative impact on the production of knowledge in the area, as well as in the absence of the debate in the paradigm and theories that underpin the profession. Among the categories of analysis of social reality we highlight the social question because it is understood as the very reason for existence and the emergence of Social Work as a profession. Thus, we believe that the concept of social question most frequently used by Social Work does not include the historical processes that involve the black population. Therefore, according to Octávio Ianni's perspective, the existence of a latent social question from Brazil Colônia can not be understood as one of the expressions of the social question. As for Marxism - the theory behind the profession - it has been adulterated and masked in class determination, but in reality it opens the possibility of thinking of race / ethnicity without hierarchy.

Keywords: social work; formation; Racial issue; Ethnic-racial issue; Marxism

INTRODUÇÃO

Numa sociedade que se sustenta sobre os pilares do mito da democracia racial, a condição étnico-racial, que historicamente sempre foi utilizada como mecanismo de seleção e exclusão, aparece como elemento secundário nos estudos e pesquisas acadêmicas, bem como nas propostas e elaboração de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das injustiças sociais. Vê-se que em todas as dimensões da vida social, seja na expectativa de vida, no acesso a educação e na inserção no mundo do trabalho, a população negra aparece como segmento social mais suscetível a discriminação (ROCHA, 2011, p 4).

Dentre os grandes dogmas vivenciados pelo Serviço Social até a contemporaneidade, o maior deve ser a não indagação das perspectivas marxistas, como lente mais translúcida que possibilite a verificação das relações sociais e a partir dele intervi-las. Para tanto, avaliamos ser necessário historicizar o processo de inserção e implementação de pensamentos com o enfoque racial negro no seio do marxismo.

A QUESTÃO RACIAL NA HISTÓRIA DO MARXISMO

Toda a movimentação em torno das teorias marxistas terem ou não se debruçado sobre as questões raciais, enaltecem o pensamento de que o marxismo só valoriza e, por conseguinte conceitua/teoriza sobre as relações de classe e deixa de lado toda a discussão e/ou construção acerca das questões raciais.

Buonicore (2008, p. 218), pontua que esse tipo de discussão ou questão é responsabilidade dos teóricos do marxismo Marx e Engels.

Refiro-me aqui especialmente a Marx e Engels. Uma lacuna mantida pelos seus herdeiros teóricos mais importantes, como Kautsky, Plekhanov, Lênin e Gramsci. O estudo entre nós da chamada 'questão racial' é recente e problemático. Ela apareceu em geral, embutida, nos primeiros estudos marxistas - como subproduto - da questão colonial e nacional. Por isso talvez fosse mais correto dizer que para os marxistas até o início do século XX a 'questão racial' não se constituiu enquanto um problema político e teórico a ser resolvido.

Coadunando dessas premissas Chadarevian, busca historicizar quando e quais foram as expressões de discussões sobre a questão racial no seio do marxismo. Chadarevian (2006, p.3) contextualiza historicamente os pensamentos dos precursores do marxismo em relação ao problema racial.

A teoria Marxista traz uma importante contribuição para o estudo do problema racial. A primeira é a visão holística do funcionamento da economia, ou seja, considera que há uma determinação social, e não individual, dos fenômenos econômicos. Enquanto que na concepção neoclássica o indivíduo precede a sociedade, na teoria marxista a sociedade precede o indivíduo. A segunda característica é o aspecto multidisciplinar de sua análise, levando em conta a história, a política, e as instituições, ao contrário da visão economicista que sobressai na análise neoclássica da discriminação. A terceira é a constatação de que o desenvolvimento das forças de mercado tende a reforçar as contradições que caracterizam o sistema capitalista, as quais os neoclássicos atribuem a fenômenos exógenos e classificam de "imperfeições de mercado". A quarta razão é que este quadro alternativo fundamenta sua análise do mundo do trabalho em uma teoria da formação e distribuição da riqueza que se contrapõe à concepção marginalista.

Buonicore (2008, p. 222) reitera e salienta "Uma coisa é importante frisar: as sólidas bases teóricas lançadas por Marx e Engels, ainda na segunda metade do

século XIX, é que permitiram a construção de uma concepção e de uma sólida política anti-imperialista e antirracista no século XX”.

As primeiras tentativas de integrar o problema racial à teoria marxista foram resultados do aumento dos movimentos nacionalistas do fim do século XIX, como: o movimento de judeus, irlandeses, basco, negros ou povos coloniais. Chadarevian (2006, p. 4) diz que:

O tratamento marxista do problema racial ganha, em seguida, um novo impulso nos primeiros congressos da Internacional Comunista que, à iniciativa de Lênin, colocam em pauta a análise do problema das minorias oprimidas em diferentes nações. O “problema nacional”, como passaria a ser conhecido e no qual insere-se também a questão do racismo, surge em um momento histórico preciso, e as diretivas gerais para a sua interpretação teórica terão influência decisiva na análise em diferentes regiões – das quais não se exclui o Brasil.

Buonicore (2008, p. 227) completa dizendo “Lênin, invertendo a lógica predominante no movimento socialista internacional, afirmou que a revolução dos povos coloniais é que poderia impulsionar as revoluções socialistas no ocidente”.

Chadarevian reitera que ao analisar os precursores do marxismo sobre o problema racial é imprescindível dar conta de dois elementos: sua relação delicada com o movimento nacionalista e o desafio de dar, às suas reivindicações uma leitura crítica; e a luta permanente contra a ideologia do racismo científico, dentro e fora do movimento comunista.

Este conceito pseudocientífico chamado de “racismo científico” inaugura-se na confluência do capitalismo com as doutrinas biológicas da luta pela vida e a sobrevivência dos mais aptos. Em que o racismo se apresenta como corrente científica.

Surge, então, a ideia de raça como chave da história. Ela aparece na Europa tendo expressões na Inglaterra com Robert Knox, na França com Arthur do Gobineau, na Itália com Cesare Lombroso e na Alemanha com Friedrich Ratzel.

Como relata Buonicore (2008, p. 204):

Gobineau em 1855 publica a primeira parte da sua principal obra, **Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas** que segundo Lukács é o primeiro panfleto pseudocientífico lançado, eficaz contra a democracia e contra a igualdade, baseado na teoria racista, ‘constitui-se, ademais, a primeira tentativa ambiciosa de reconstruir toda a história universal por meio da teoria racista, reduzindo a simples problemas raciais as crises da

história, todos os conflitos e as diferenças sociais. [...] Gobineau foi nomeado representante diplomático no Brasil entre 1869 e 1870. Esta foi a experiência mais traumática de toda a sua vida, pois não havia nada mais desagradável para um político e cientista racista que ser obrigado a viver num país onde predominavam amplamente raças consideradas inferiores. (GRIFO NOSSO)

Buonicore (2008, p. 206), salienta os ideais de Ratzel:

Considerado o pai da geografia moderna, difundiu a idéia de divisão dos povos em dois grandes grupos: 'naturais' e 'civilizados'. Os primeiros eram dominados pela natureza e o segundo a dominava. A expansão das nações civilizadas sobre os 'povos naturais' teria algo de positivo, pois importaria a eles elementos de progresso. Aos povos naturais conquistados - preguiçosos por natureza - deveria ser imposto um trabalho compulsório, entenda-se servidão. Assim, os continentes africano e asiático seriam áreas de expansão para os povos civilizados da Europa Ocidental.... **O determinismo racial deu lugar ao determinismo geográfico.** Expresso com maior precisão, no período de 1884 e 1885 com a Conferencia Internacional de Berlim que tinha como um dos propósitos repartirem o mapa da África, entre as nações européias, Alemanha, Inglaterra, França, Bélgica e os Estados Unidos. (GRIFO NOSSO)

Moura (1994, p. 29), sugere que:

Desta forma explica-se o sistema colonial e o pilar de seu êxito: de um lado exterminar as populações autóctones das áreas ocupadas e de outro justificar o tráfico negreiro com a África, um dos fatores mais importantes da cumulação capitalista nos países europeus. As populações autóctones não tinham direito aos territórios onde viviam por serem primitivas e as africanas, que já sofriam a maldição bíblica de Cam, juntava-se agora seu atraso biológico, sua semelhança e proximidade com os mais primitivos espécimes da raça humana, quer dizer, eram antropóides que se desviaram de sua árvore genealógica.

Essas teorias também foram aplicadas na Europa, anterior a construção do conceito de – Branco – para todo o cidadão europeu, o que os levou a explorar tudo e todos que não eram brancos e, por conseguinte, civilizados. O “racismo científico” aplicou suas teses e estigmatizou dentre outros; os povos do sul da Itália e de suas ilhas, como biologicamente inferiores, por tanto responsáveis por sua pobreza. Moura (1994, p. 29) afirma:

Foi a época áurea da antropometria, quando Gobineau, Ammon, Broca, Levi e Quatrefages, desenvolviam pesquisas no sentido de saber se os habitantes das cidades eram superiores (por questões biológicas) aos camponeses pela sua capacidade craniana; se os nórdicos eram superiores aos alpinos ou, como queria Levi, se os mediterrâneos eram superiores a outras “raças” europeias. Tais conclusões eram baseadas em pesquisas históricas: na mensuração de crânios e esqueletos; na medida de índices cefálicos; e na capacidade craniana de cada grupo pesquisado.

Tudo isto, no entanto, representava em última instância as contradições e os conflitos das nações europeias em luta pela dominação continental. Convém notar que alguns deles, como é o caso de Gobineau, chegaram às suas conclusões antes de terem lido A origem das espécies, de Darwin. Como se vê essa antropossociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco - que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes e racialmente diversas das matrizes daquele continente.

Buonicore (2008, p. 208) contempla o pensamento ao descrever a teoria da Antropologia criminal do professor de psiquiatria e medicina forense Cesare Lombroso:

Quando diretor do manicômio de Pádua entre 1871 e 1876, chegou à conclusão de que seria possível descobrir aqueles que tinham propensões para o crime, observando o formato do crânio, da mandíbula, assimetrias da face e outras deformações, segundo seus padrões estéticos. Os sinais físicos desses criminosos em potencial eram: mandíbulas grandes, ossos da face salientes, pele escura, orelha chapadas, braços compridos, rugas precoces, teste pequena e estreita. E outras marcas não físicas, como a epilepsia, o homossexualismo e a prática de tatuagem.

Muito tempo depois, Gramsci, fundador do partido comunista italiano e oriundo daquela região, analisando documentos do próprio partido comunista, sobre os povos do “sul”, criticou esse tipo de raciocínio e mostrou que a pobreza dos povos do sul tem uma explicação mais complexa e historicamente determinada, associada à forma de desenvolvimento das forças capitalistas naquele país.

Buonicore (2008, p. 209) descreve esse relato de Gramsci:

Esse era o costume cultural do tempo: em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo, e as razões de sua difusão, de seu ser coletivo, isolavam o protagonista e se limitavam a fazer-lhe a biografia patológica, muito frequentemente partindo de motivos não comprovados ou interpretáveis de outro modo. Para uma elite social, os elementos dos grupos subalternos têm sempre algo de bárbaro ou patológico.

Retornando a discussão da questão negra e o marxismo, Chadarevian (2006, p. 5), explica que o marxismo compreendia o conceito de opressão racial, de racismo enquanto mecanismo de divisão da classe trabalhadora, e de superexploração de trabalhadores de minorias raciais.

Marx, após escrever no jornal a *Neue Rheinische Zeitung*, destaca em diferentes ocasiões as lutas que eclodem nas periferias de dois grandes impérios europeus: o russo e o austríaco. E Engels aponta o caráter radical da revolução polonesa, na medida em que permite a desestruturação do regime aristocrático, feudal, imposto pelos monarcas. Começa-se a esboçar a noção do direito de independência dos povos oprimidos, que entraria na agenda política marxista décadas depois.

Os Congressos da Internacional Comunista - IC, sempre apresentavam teses acerca dos conceitos: povos oprimidos; nações oprimidas; autodeterminação dos povos; povos dependentes e subordinados.

Mas apesar de esforços a IC não conseguia abarcar completamente todos os países e regiões do mundo. Por conseguinte nenhum representante da África e da América Latina compôs a sua fundação e não assinou o Manifesto aprovado no 2º Congresso.

Veremos a seguir um retrospecto histórico das principais teses, ideias e documentos aprovados nos Congressos da IC, sobre os povos oprimidos, coloniais, nações oprimidas, povos dependentes, problema negro, etc.:

Assim, já no 1º Congresso da IC, em 1919, uma das teses colocadas em discussão por Lênin é a **falsa promessa de igualdade racial**, religiosa e sexual das democracias burguesas.

O 2º congresso da IC, em 1920, inclui **problemas nacionais** mais sensíveis o **dos judeus, dos irlandeses, dos alsacianos, das colônias e dos negros nos EUA**. Povos “dependentes” e “subordinados”, e que deveriam ter direito a formar sua própria nação.

Lênin explica: as sobrevivências econômicas da escravidão não se distinguem absolutamente em nada daquelas do feudalismo e são ainda muito fortes, até hoje, no sul, anteriormente escravista dos EUA (...) a proporção de negros é de 10,7% para o total dos EUA. É inútil discorrer sobre a situação degradante à qual eles estão submetidos: neste espaço, a burguesia americana não é melhor que a de outros países. Após ter – libertado- os negros, ela se esforçou tomando por base o capitalismo- livre – republicano-democrático, por fazer o possível e o impossível para oprimir os negros de maneira mais vil e escandalosa. Como resultado, alusões à questão negra passam a ser realizadas logo no 2º congresso da IC, em 1920. Jonh Reed, do comitê executivo da IC, afirma que os EUA estariam construindo um império colonial, incluindo entre seus domínios países centro-americanos, as Filipinas, e os negros do sul norte-americano. (GRIFO NOSSO) (CHADAREVIAN, 2006, p.13).

O 2º IC debate a aprova uma tese que trata da “questão negra”, afirmando:

A guerra mundial, a Revolução russa, os grandes movimentos protagonizados pelos nacionalistas da Ásia e muçulmanos contra o imperialismo despertaram a consciência de milhões de negros oprimidos pelos capitalistas, reduzidos a uma situação de inferioridade há séculos, não somente na África, mas quem sabe, ainda mais nos Estados Unidos. O centro da ação dos negros revolucionários de todo o mundo deveria ser a 'luta contra o capitalismo e o imperialismo' e na base desta luta deveria se organizar o movimento negro. (BUONICORE, 2008, p. 230).

O trecho desta tese me chama a atenção pela possibilidade de naquele momento a IC desconsiderar todos os movimentos e revoluções negras ocorridas contra a escravidão e o sistema colonial capitalista. Passando a supor que naquele momento trariam à luz ideais subversivos e revolucionários aos negros.

O 2º IC vai além da sua tese e apresenta ao movimento negro uma plataforma positiva de ações acerca do proletariado negro, dos Estados Unidos:

A Internacional lutará para assegurar aos negros a igualdade de raça, a igualdade política e social (...), utilizará todos os meios para conseguir que os sindicatos admitam os trabalhadores negros nas suas fileiras. Nos lugares onde estes últimos têm o direito nominal de filiar-se aos sindicatos, realizará propaganda especial para atraí-los. Se não conseguir, organizará os negros em sindicatos especiais e aplicará a tática de frente única para forçar os sindicatos a admiti-los em seu seio. A história reservou aos negros dos Estados Unidos um papel importante na libertação de toda raça africana. (BUONICORE, 2008, p. 230).

Chadarevian (2006) relata a ocorrência do 3º Congresso da IC (1921):

destaca-se a participação do delegado sul- africano David Ivon Jones, que chama a **atenção para um trabalho exclusivo em relação à questão negra**. O autor publicaria artigos na revista da IC sobre o assunto, buscando caracterizar pela primeira vez o racismo contra o negro como um problema mundial e um fenômeno que deve ser analisado separadamente da questão de classe. (GRIFO NOSSO) (CHADAREVIAN, 2006, p.13).

Em torno das discussões e documentos elaborados no 3º Congresso do IC, Buonicore (2008, p. 227 -228) evidencia o conteúdo de **O Manifesto ao proletariado de todo o mundo**, como mais uma tentativa dos teóricos e militantes comunistas voltarem-se atenção ao 'problema negro':

"A Europa socialista, por sua parte, socorrerá as colônias libertadas com suas técnicas, sua organização, sua influência moral, a fim de lograr a passagem a uma vida regularmente organizada pelo socialismo". E concluía: "escravos coloniais da África e Ásia: a hora da ditadura do proletariado na Europa soará para vocês como a hora de vossa liberação."

Buonicore, faz crítica sobre a expansão do partido comunista ter sido pontual:

Apesar de ter conseguido rapidamente se expandir para Ásia, norte da África e América Latina – coisa que a II Internacional não havia conseguido fazer – IC não conseguiu criar e incorporar partidos comunistas ou revolucionários na África Negra. Até a liquidação em 1943 ela não havia conseguido construir nenhum partido comunista naquela parte do planeta, à exceção da África do Sul. A IC não era mais eurocentrista, mas estava longe de representar os trabalhadores e os povos de todas as partes do mundo. (BUONICORE, 2008, p. 228).

Chadarevian (2006) traz à tona os demais Congressos da IC, a seguir:

No 4º congresso, em 1923, David Ivon Jones, produziria **“As teses sobre a questão negra”**. A análise em questão ressalta que os povos negros se encontram em condição subordinada nos diversos continentes em que se estabeleceram: na África são oprimidos pelo imperialismo colonial europeu, nos EUA, pelo capital financeiro. Dado o papel importante dos negros estadunidenses na economia e na política daquele país, estes eram vistos como na vanguarda da luta contra a opressão racial. Opressão que tem por base o próprio sistema capitalista, gerando desigualdade social, política e salarial. (GRIFO NOSSO) (Chadarevian, 2006, p.13).

Buonicore (2008, p. 230) transcreve outra importante passagem do 5º Congresso da Internacional Comunista de 1924, quando o presidente Manuilski, faz duras críticas aos partidos comunistas da França e da Inglaterra.

Afirmou que na França existiam 800 mil “nativos” e que o Partido Comunista nada estava fazendo para organizá-los e formar quadros para a luta anticolonialista. Por outro lado, grande parte deles – 250 mil – estava sendo recrutada pelo Exército colonialista francês. Perguntou ele: ‘acreditais que possam fazer a revolução se amanhã esses 250 mil estiverem contra vocês, do outro lado da barricada? Poderá a sua classe operária ganhar uma só greve se a burguesia dispuser de reservas negras, que poderá lançar a qualquer momento contra ela? Criticou o fato de nas últimas eleições, dos sete candidatos indicados pelo PCF, nenhum ser “nativo”. “Por que”, continuou, “lançaram como candidatos somente representantes da raça dominante?” e amplia as críticas aos Ingleses “em nenhum dos muitos documentos que examinamos”, afirmou, “encontramos uma só palavra da parte do Partido inglês que se declarasse resolutamente a favor da independência das colônias. E complementa A Internacional Comunista os felicitará muito mais no dia em que gritarem como todo vosso valor: Deixem as colônias!”.

Depois das severas críticas feitas pelo presidente da IC, alguns delegados saíram à frente com discursos mais próximos e conciliadores, afirmando que o “problema negro”: vai além das perspectivas de classe; que o proletariado negro não diverge das bases comunistas, mas querem a certeza de um tratamento específico às suas causas/particularidades e que os operários dos países imperialistas não se interessam pelo problema negro.

O autor reitera que é nesse período que é criado o Comitê de Defesa da Raça Negra, dirigido por Lamine Senghor, que buscava vincular a luta anti-imperialista com a luta pela libertação da África e contra a subjugação dos negros. Em 1927, ocorreu uma Conferência Internacional Anticolonial, sob os auspícios da Internacional Comunista. (BUONICORE, 2008, p. 232).

Chadarevian (2006, p. 13) apresenta o trabalho realizado no:

O 6º Congresso da IC, em 1928, a **análise elaborada divide a população negra em quatro regiões no mundo, aonde ela exigiria uma atenção especial**: nos EUA e na América do Sul os negros constituem um importante contingente, ainda que representem uma minoria; na África do sul, são maioria face aos brancos; a Libéria, Haiti e República Dominicana são “ Estados negros”; e a África Central esta dividida entre as potências imperialistas. (GRIFO NOSSO) (CHADAREVIAN, 2006, p.13).

Buonicore (2008, p. 234) traz à tona a primeira iniciativa da IC, quando da ocorrência do seu 6º Congresso, em criar organismos que tratassem especificamente as questões negras:

Naquele ano (1928) foi fundada a secretaria africana e de negros na Internacional Comunista. Criou-se também o Comitê do Sindicato Internacional dos Trabalhadores Negros e lançou-se o jornal *O Trabalhador Negro*, voltado para sindicalistas africanos e negros dos países capitalistas. Como naquele momento não existiam negros representando a África subsaariana, nem mesmo o representando da África do Sul era negro. Indicaram para a direção da organização George Padmore, nascido em Trinidad Tobago, militante do partido comunista nos Estados Unidos e que nunca havia estado no continente africano.

O dirigente viveu intensamente até 1933 em Berlim, onde estava localizado o escritório do IC, com a ascensão do nazismo, foi preso e obrigado a refugiar-se na URSS.

O autor analisa que a indicação de Padmore foi imatura e por falta de conhecimento/cuidado da IC sobre a organização histórica, geopolítica, territorial e cultural da África Negra.

Questiono se essa “falta de conhecimento”, na verdade era a verdadeira intenção para o tratamento a ser dado à causa negra pelos comunistas. Generalizando e, por conseguinte, invisibilizando as especificidades a serem trabalhadas pelos dirigentes do partido sobre a África?

Mesmo com todo o esforço de Lênin, Gramsci, David Ivon Jones e outros comunistas em confluir os ideais marxistas à luta pelo problema racial, nacional e colonial, houve uma série de barreiras e resistências internas a esta posição progressista, culminando com a expulsão de líderes e retrocesso na avaliação política sobre o problema racial pelos comunistas. São exemplos dessa resistência interna: os partidos comunistas Português; Britânico e o Francês.

Entre 1934 e 1935 a Internacional Comunista se reestrutura por conta do contexto político-ideológico impresso na Europa no período e passa a organizar-se /articular politicamente numa frente popular contra o nazifacismo. Esse processo de reestruturação culminou com a ruptura com Padmore e outros dirigentes negros que lutavam pela libertação das colônias africanas.

Com a ruptura com a Internacional Comunista, Padmore caminha em outros rumos, como expressa o trecho:

Padmore abandonou Moscou e mudou-se para Londres, onde começou a participar ativamente do movimento Panafricanista. Tornou-se um crítico ácido do marxismo, assumindo posições francamente anticomunistas. Escreveu o livro *Panafricanismo ou comunismo?*, no qual chegou a afirmar: “Somente um força é capaz de deter o comunismo na Ásia e na África o nacionalismo dinâmico assentado num programa socialista de industrialização.”(BUONICORE, 2008, p. 235).

O Marxismo à Brasileira

Dentre os comunistas brasileiros, percebemos a distância sobre os temas relativos ao “problema negro” e a compreensão distorcida acerca das reais bandeiras de luta dessa parte da nação. Apresentarei algumas expressões do nascimento do comunismo brasileiro, dentre obras, teses e plataformas políticas que elucidam o olhar para a questão negra do país:

O dirigente comunista Octávio Brandão em sua obra: *Agrarismo e Industrialismo*, do ano de 1926, afirma que ‘o homem, como a terra, ainda estavam em formação’(...) ‘ não havia brasileiro – um tipo definido e sim uma mistura de desordenada de raças e subraças’ (...)‘o duplo caos da terra e do homem projeta-se sobre numerosos aspectos da vida nacional’. (BUONICORE, 2008, p. 237).

Após três anos, em 1929 o intelectual comunista Astrojildo Pereira, publica uma resenha da obra de Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil*,

intitulada *Sociologia ou apologética*, onde demonstra a centralidade da luta de classe na formação e no desenvolvimento da sociedade brasileira:

A luta de classes manifesta-se por formas diversíssimas. Ela provoca diferenciações e contradições internas, dentro de uma mesma classe, de onde surgem subclasses, subdivisões, categorias e grupos antagônicos; assim como em sentido contrário, propicia acercamentos, alianças, acordos entre subclasses e categorias sociais diferentes. São movimentos táticos conscientes ou não, sempre ditados pelo jogo dos interesses em causa (...) fez uma homenagem a Zumbi de Palmares, 'o nosso Espartacus', mostrando a superioridade moral dos palmarinos, quando comparados com os bandeirantes: 'A República dos palmares forma uma das mais belas páginas da história do Brasil, e Zumbi é o tipo magnífico, que os historiadores do futuro(...) hão de colocar muito acima dos Vieira Melo, Domingos Jorge e os outros 'heróis' da aristocracia rural. (BUONICORE, 2008, p. 238).

Num Manifesto do PCB, publicado às vésperas da Revolução de 1930, encontra-se um trecho que trate da questão negra brasileira:

Trabalhadores negros! - a vossa escravidão continua! Lutai em conjunto com os outros trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa liberação definitiva!(GRIFO NOSSO) (BUONICORE, 2008, p. 239).

E aparece novamente na plataforma dos comunistas para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934:

A igualdade absoluta de direitos econômicos, políticos e sociais sem nenhuma distinção de cor ou nacionalidade (...) amplo direito das nacionalidades oprimidas de disporem de si mesmas, inclusive o direito de separação, constituindo seus próprios governos, separados do governo federal e dos estaduais, com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios. (BUONICORE, 2008, p. 239).

A Conferência Nacional do PCB, em julho de 1934, aprovou uma resolução que demonstrou o desconhecimento sobre o 'problema negro' do país, um dos tópicos intitulava-se:

Negros e índios escravizados. Ele tratava os índios e negros como uma única e mesma coisa. (...) no odioso regime em que vivemos, vós sois duplamente a opressão e a exploração: como classe e como nacionalidades escravizadas. Estribando-se no conceito escravocrata de raças 'superiores' e raças 'inferiores', as camarilhas dominantes aproveitam-no para explorar, perseguir e maltratar mais ainda. (BUONICORE, 2008, p. 239).

Um ano depois, Luis Carlos Prestes no Manifesto de julho de 1935 apresentou o programa revolucionário da Aliança Nacional libertadora, com o título de Privilégio da raça, cor e nacionalidade, afirmava que:

Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas de Palmares, porque só a mais ampla democracia, de um governo realmente popular, será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, e dar aos pretos no Brasil a imensa perspectiva da liberdade e igualdade, livre de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos. (BUONICORE, 2008, p. 240).

A contribuição que mais se destaca pela crítica contundente e cuidadosa ao problema racial no Brasil foi feita por Leôncio Basbaum, em seu livro *A caminho de Revolução*, de 1934, pelo pseudônimo Augusto Machado, no capítulo “A questão das raças e nacionalidades”:

No Brasil não há apenas o choque das classes – há também o das raças e das nacionalidades, ainda que este em muito menor importância que aquele. (...) impossível trata da Revolução operária e camponesa no país sem pensar nesses problemas seria um grande erro pensar que são problemas de após a revolução. Essa falsa opinião ainda vigente mesmo em alguns membros dirigentes do PCB convém ser vigorosamente combatida (...) somente a hipocrisia das classes dominantes e seus lacaios pode negar a existência do problema negro do Brasil (...) ainda que esse preconceito não seja tão escandalosamente manifestado como nos Estados Unidos, onde os negros são linchados a propósito de nada, ele existe no Brasil de forma flagrante. (...) o branco é o patrão, é o gerente, é o fazendeiro, é o jornalista, é o deputado, é o oficial. O negro é o empregado, o trabalhador miserável, o operário dos trabalhos brutais, o eleitor sem voto, o soldado (...) apesar de que o branco seja em minoria no país, a República é representada por uma mulher branca (...) não se admite nem o pardo. Mas os pardos e os negros são a grande maioria do país. (BUONICORE, 2008, p. 242).

Apesar das críticas sua voz ecoava uníssona em meio a barbáries vivenciadas pela população negra do Brasil à época.

Tais resistências também são sentidas quando lemos teóricos marxistas da contemporaneidade que além de negarem o esforço/ tentativa histórica do marxismo em se aproximar e teorizar sobre o problema racial, pessoas utilizam-se das suas obras e pressupostos para negar o racismo na sociedade brasileira e a eficiência das políticas de cotas para nosso Estado. Como Maestri (2007, p.95),

No Brasil moderno jamais houve exclusivismo racial na exploração, mesmo cabendo em algumas regiões o papel de sub-proletariado, sobretudo negro. A proposta de país dividido em brancos exploradores e negros explorados e

de trabalhador branco privilegiado pela superexploração do negro são sandices apoiadas na manipulação das estatísticas e dos fatos econômicos.

Além de ocultar o negativo legado de exclusão, exploração e subjunção dado ao povo negro no Brasil, utiliza-se de argumentos discriminatórios para respaldar seus argumentos contra a política de cotas, Maestri (2007, p.94) afirma que:

A sociedade liberal proporia a liberdade de competição com as desigualdades dos concorrentes. As medidas universais - educação, trabalho, etc – não melhorariam a desigualdade racial. Apenas a discriminação positiva equilibraria a discriminação negativa. A política de discriminação positiva subentende reorganização racial do Brasil que desorganiza o movimento social e não interpreta a população negra explorada.

Referendando tal argumento Lessa (2007, p.103), afirma:

As cotas por uma via perversa, não abolem - apenas renovam e assim reforçam – as várias modalidades do racismo contemporâneo, o qual se caracteriza por ter um tradicional fundamento de classe articulado a uma inédita justificativa ideológica pós-moderna...apesar de muito serias, estas não são as consequências mais graves do apoio às cotas por parte da esquerda. A pior consequência é o desarme ideológico das forças revolucionárias...porque contribui para dividir o proletariado e os trabalhadores. Ao invés de, por exemplo, no caso das universidades, todos lutarmos pela universalização do ensino público, gratuito e de qualidade, organizarmos os negros e os indígenas a lutarem por suas cotas, reduzindo assim as vagas para os brancos, asiáticos, europeus.

E sob a ideologia marxista da luta de classe contra o capitalismo Lessa, (2007, p.105), reforça:

os revolucionários devem, a nosso ver, denunciar as “políticas afirmativas” entre elas as cotas, pela função social que exercem: reproduzem e renovam os preconceitos e racismo de todos os tipos ao invés de combatê-los, fortalecem o popularismo e o espírito corporativo, desarmam e enfraquecem a crítica revolucionária da sociedade e, por fim, dividem os trabalhadores entre as diferentes raças dificultando a luta contra o capitalismo.

Contra-pondo-se a tais conceitos e reafirmando o envolvimento do marxismo às causas negras, teóricos como Almeida e Arcary, trazem conceitos e argumentos que ratifiquem as discussões sobre raça, etnia e racismo sob a visão marxista e seus posicionamentos quanto às políticas de cotas.

Os socialistas devem posicionar-se politicamente a favor de medidas (projetos de Lei com cotas para estudantes negros e oriundos da escola pública, bem como o Estatuto da Igualdade Racial), na medida em que essas medidas dirigem-se contra uma das formas mais perversas de

desigualdade social que é aquela associada à discriminação racial. Segundo o estudo recente do IPEA, a discriminação racial resulta em desigualdades entre negros e brancos e entre homens e mulheres, e isso de duas maneiras: primeiro, porque os negros têm educação sistematicamente inferior, o que os coloca em posição desvantajosa no mercado de trabalho, e segundo, porque mesmo quando se comparam trabalhadores negros e brancos que compartilham o mesmo nível educacional, os negros recebem menor remuneração (discriminação salarial pura). Isto tudo significa que tanto a luta tanto contra a discriminação salarial pura por raça como contra a desigualdade no acesso à educação têm papel importante na luta contra a desigualdade social. (ALMEIDA, 2007, p.98)

Almeida (2007, p.100), reafirma a importância da luta dos movimentos sociais e do movimento negro em construir uma sociedade com visões mais plurais.

As políticas de Estado dirigidas para reduzir a discriminação racial e a resultante segregação racial de facto são resultado, por um lado, de movimentos sociais em escala nacional, e, por outro lado, da internacionalização de lutas contra a segregação em países como a Índia, a África do Sul, os Estados Unidos e a América hispânica.

Arcary (2007, p.107), reforça que o limite político do liberalismo foi a igualdade jurídica dos cidadãos, que a igualdade possível seria a equidade e que a liberdade não seria possível entre desiguais. Os marxistas lutam pela equidade, mas seu projeto é a igualdade social. O autor afirmar que:

Os marxistas insistem na centralidade da luta contra a exploração, mas não ignoram o racismo e o machismo [...] admitiram a introdução de fatores de correção social e, culturalmente, progressivos. Essa discussão surgiu a propósito das reivindicações das mulheres e das nações oprimidas, mas o critério é o mesmo quando discutimos o racismo. Não se pode pedir justiça ao futuro, sacrificando a justiça no presente: porque a juventude negra deveria aguardar que os seus filhos, talvez, daqui a 20 anos, possam ter acesso ao ensino superior gratuito? Ignorar a condição oprimida específica da população negra em nome de um programa comum a todos os trabalhadores contra o capital, não vai construir a unidade da classe trabalhadora, mas a sua divisão.

Sob o olhar de um pensador negro

Aprofundando minha pesquisa sobre o racismo e o marxismo, encontro em Moore (2012, p. 89), uma compreensão do capitalismo sob a perspectiva de ser o sistema gerador da modernidade, sem o qual, ela – A Modernidade – não existiria.

E uma compreensão do marxismo, enquanto marco teórico, que envolveu a academia no século XX e foi sustentado por uma visão do capitalismo como

desenvolvimento econômico e social da sociedade moderna ocidental enfatizando as mudanças estruturais ao crivo da economia. Este capítulo do livro trás teses de (Max Weber; Jean Baechler; Eric Williams; Victor Davis Hanson e de Cheikh Anta Diop), que tentam apresentar as bases históricas do capitalismo e do racismo.

A tese de Max Weber, afirma que o capitalismo industrial foi a porta de entrada para a chamada Modernidade e destaca a especificidade da moderna sociedade ocidental. Ele apresenta cinco aspectos dessa análise:

- 1) O ocidente é uma individualidade histórica;
- 2) O capitalismo como estrutura econômica não existiu apenas no Ocidente;
- 3) O estudo do capitalismo como estrutura econômica não é suficiente para explicar o surgimento do *ethos* burguês de conduta da vida;
- 4) É necessário uma “disposição” cultural para o surgimento do capitalismo;
- 5) O capitalismo *moderno* é um “indesejado” ou “acidente” histórico. (MOORE, 2012, p. 90).

Além disso, Max Weber destaca a ocorrência de outros capitalisms na história da humanidade, de construções de sistemas produtivos direcionados para o lucro e para a comercialização. Sempre enfatizando a diferença entre todas essas experiências e o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. Concebe a Reforma Protestante como criadora do *ethos* burguês de conduta de vida no ocidente; porque a ética protestante detinha, em sua globalidade, todo o conjunto de orientações para melhor conduzir o cristão à salvação. Que criou possibilidades históricas e o fomento de características capazes de fazer emergir o capitalismo moderno ocidental.

Moore (2012, p. 100) conclui que a tese central defendida por Weber é:

Que o sistema capitalista que se impôs ao mundo através das conquistas da expansão imperial europeia se deveu, preponderantemente, a particularidades culturais e a uma mentalidade específica. A porção protestante, e somente esta porção, teria reunido todas as condições necessárias para e eclosão do capitalismo industrial.

Na apresentação da tese de Jean Baechler, que conceitua o Ocidente como um lugar privilegiado, singular, onde acontecem processos sem paralelo em outras partes do mundo. Essa singularidade ocidental, explicou o surgimento do capitalismo industrial e a sociedade “moderna”. O autor define cinco grandes características que ocorreram no ocidente, em um período específico e que corresponderiam à especificidade do sistema capitalista:

- 1) Busca privilegiada e maximização da eficácia econômica;
- 2) A liberação da sociedade civil com relação ao Estado;
- 3) Divisão de uma área cultural em várias unidades políticas soberanas (Europa Ocidental);
- 4) Modificação do sistema de valores em detrimento dos valores religiosos, militares e políticos;
- 5) Libertação do indivíduo dos entraves e das necessidades coletivas e reificação das necessidades puramente individuais. (MOORE, 2012, p. 102)

Ele afirma que a sociedade industrial e a modernidade não são um sistema fruto de um movimento histórico previsível, Moore (2012, p. 102) afirma que este:

é resultado e fruto da porção protestante do ocidente que a partir do século XVIII e XIX, quando a Europa tinha esmagado o continente africano e se nutrido com o grande tráfico negreiro. Conclui afirmando que a expansão da Europa para além fronteiras, evento que tornou o resto do mundo um mero objeto dos processos de acumulação capitalista para os países ocidentais, é um dado decisivo na instauração universal de um sistema econômico único.

Outra tese apresentada por Moore (2012) é a tese de Eric Williams, que demonstra de maneira patente que o “milagre ocidental”, tanto quanto o “milagre grego” predecessor, fundaram-se na alta capacidade para a *predação*. Afirmando que foi o continente africano, que permitiu a solidificação do processo acumulativo que conduziu à Revolução Industrial.

Williams *apud* Moore (2012) elucida a origem da fabulosa massa de capitais responsável pelo lançamento da Revolução Industrial, são:

A produção de *comodities* na Europa destinadas à exportação, b) o lucrativo “tráfico negreiro” a partir do continente africano, c) a fabulosa produção de riquezas nas colônias americanas com o trabalho escravo, base da produção de minérios preciosos e bens exóticos para exportação.

Indo além, o referido autor conceitua a gênese do capitalismo:

Foi produto de um assalto cometido contra todo um continente pela Europa Ocidental, ávida por mão-de-obra escrava de além mar, num momento em que a escravidão de *europaeus pelos europeus*, há muito tempo, havia desaparecido na Europa [...] a busca de mão-de-obra escrava *exclusivamente negra* constituiu uma decisão deliberada, de natureza especificamente raciológica. Tratou-se, conseqüentemente, de uma escravidão racial. Com isso, a realidade conduz a outra premissa radicalmente diferente: sem a escravidão dos povos africanos não haveria capitalismo. (MOORE, 2012, p.109)

A tese de Victor Davis Hanson enfatiza que por trás da hegemonia econômica e política do Ocidente esta a força peculiar das armas ocidentais, no passado e no presente. Salaria que Hanson (2002, p. 19 *apud* MOORE 2012, p. 117):

Desde a civilização, Grego – Romana, passando pela Idade das Trevas, e antes do Renascimento ou da descoberta da América pelos europeus e da Revolução Industrial – tem havido uma prática específica de guerra ocidental, uma base comum e uma maneira de lutar contínua que fizeram dos europeus os soldados mais mortais da história da civilização.

Moore (2012, p. 118) ratifica que o tipo de ódio que o racismo consegue gerar, libera energias destruidoras sem paralelo com os outros sentimentos de animadversão. O Racismo talvez seja a única forma de ódio capaz de apagar todas as fronteiras ético-morais para permitir uma forma de *insensibilidade total ao sofrimento do Outro*.

A última tese analisada por Moore (2012) na obra foi a tese de Cheikh Anta Diop. Mesmo utilizando-se de acontecimentos históricos da humanidade, que retomam os anos entre 10 e 8 mil a.C. e debruçando-se a dois mundos: o ariano-europeu e o africano-dradiviano-melanésico, traz a luz referenciais acerca das constituições e desenvolvimento civilizatórios atuais. E convergem em ponto essencial com as conclusões gerais de Weber, Baechler e Willians.

Diop desenvolveu sua tese a partir de uma percepção acerca do Ocidente e Oriente Semita. (MOORE, 2012, p. 118):

O Ocidente e o Oriente semita tomaram um rumo totalmente distinto das outras sociedades do planeta no sentido de sua evolução política, social e econômica. Enfatiza que as diferenças essenciais entre o universo euro-semita e o resto do mundo residem no domínio cultural. Sua matriz cultural, postula Diop, não é somente diferente da matriz cultural do universo africano, por exemplo, mas radicalmente oposta. A contribuição diopiana reside precisamente na apresentação dessa oposição radical.

Sugere que, entre esses dois modos antagônicos de percepção da realidade social – o Berço Meridional, que inclui toda a África e o Berço Setentrional, que corresponde ao espaço Euro-asiático – prevaleceu o mais eficiente do ponto de vista da *capacidade de mobilização racional* dos recursos militares e econômicos, movido pelo poderoso imã do lucro, e a maior mobilização racional dos recursos políticos-ideológicos pelo viés de cosmovisões monoteístas e universalistas, porém expansionistas e conquistadoras.

Descreve esse fenômeno no trecho:

Atribui a singularidade do universo euro-semita a uma maior propensão para a violência, para o expansionismo, para a guerra, para o

individualismo, para o materialismo e para a xenofobia (...) com o domínio absoluto das instituições e representações simbólico-religiosas e políticas surgidas da hegemonia absoluta do entre masculino, das estruturas patriarcais e da correspondente marginalização e exclusão dos valores do mundo feminino. E o universo africano-dradiviano-melanésico que pauta-se pelas instituições e representações simbólico-religiosas e políticas surgidas da predominância feminina, do equilíbrio relativo entre os mundos feminino e masculino, da propriedade coletiva do solo, da subordinação coletiva à função filosófico-religiosa com base angular do político e do social. Trata-se de um mundo dominado pelas exigências do consenso como base da existência social, onde, conseqüentemente, a eficácia econômica está voltada essencialmente para as necessidades da coletividade, porém refreada pela obrigatoriedade da partilha solidária. (MOORE, 2012, p. 119 e 123).

Diop descreve antagonismos que se assemelham às expressões capitalistas e socialistas de sociedade. Questiono-me se as críticas deferidas às suas teses, expressam o racismo e o impropério de se admitir que a partir de uma perspectiva afrocentrada pode-se pensar um projeto societário socialista ao invés de seguir as determinações político ideológicas europeias – brancas dos demais marxistas?!

CONCLUSÃO

Compreendo que nenhuma teoria da conta de responder a todas as expressões de uma dada realidade. Sendo assim impossível de respondê-la na totalidade.

Portanto visualizo que o marxismo, não apresenta substrato histórico, teórico e metodológico que possa responder a todas as expressões sociais da atual conjuntura brasileira.

Mas, no entanto, reconheço ser – o Marxismo – a mais apropriada perspectiva, de compreensão e decodificação para a atual conformação sociopolítica em vigor, o Capitalismo.

E o Serviço Social não pode permanecer ocultando, as ações e tentativas de decifrar a questão racial que o marxismo historicamente fez. Em prol de uma visão e implementação quase que canônica do referencial marxista, no processo de formação dos/das Assistentes Sociais.

É necessário possibilitar aos estudantes e a própria categoria profissional, confrontar, aceitar e refutar os caminhos e perspectivas idealizadas e realizadas na

história do marxismo, sobre a questão racial. Ações como essa, possibilitam um percurso acadêmico e profissional alicerçado por bases que compreendem que a questão étnico-racial e o racismo determinam espaços e *locus* social na sociedade brasileira e mundial e assim deve intervir veementemente a fim de reduzir esses efeitos à população usuária, fortalecendo, a construção de um novo projeto societário, onde o Racismo não seja mais possível.

REFERÊNCIAS

ALCARY, Valério. **Por quê as cotas são uma proposta mais igualitária que a equidade meritocrática**. Critica Marxista. 1 ed. 2007, ISSN 0104-9321.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. **Lutas Sociais, desigualdade social e discriminação racial**. Critica Marxista. 1 ed. 2007, ISSN 0104-9321.

BUONICORE, Augusto C. **Reflexões sobre o marxismo e a questão racial**. Revista espaço acadêmico, n.51 – Agosto/2005 – mensal – ISSN 1519.6186. BUONICORE, Augusto C. **Marxismo, História e Revolução Brasileira: Encontros e desencontros**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. In: **Des théories Du racisme à l'analyse économique actuelle de ses conséquences sur le marche du travail au Brésil**. Tese de doutorado, Université de La Sorbonne, Paris 3, setembro de 2006.

LESSA, Sergio. **Cotas e o renascimento do racismo**. Critica Marxista. 1 ed. 2007, ISSN 0104-9321.

MAESTRI, Mario. **Raça, classe e política no Brasil**. Critica Marxista. 1 ed. 2007, ISSN 0104-9321.

MOURA, Clovis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista Princípios. Agosto- Outubro de 1994.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyala, 2012. p.304.

ROCHA, Roseli da F. A questão étnico-racial e a sua relevância no processo de formação em serviço social. In: Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afrobrasileiro de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia. 2011.